

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 98

Data: 15 de março de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

190



## O fim do Bom Selvagem

Mercio Pereira Gomes

**N**ÃO há índio na Assembléia Nacional Constituinte. Nenhum candidato indígena se elegeu. Foi-se rápido o encantamento da sociedade brasileira com a singeleza política dos caciques, que pareciam a própria imagem do Bom Selvagem. Há mais de um século, pelo menos desde Gonçalves Dias, vivemos este mito. Enquanto vigora, um mito encerra explicações sobre todos os atos envolvidos, bons ou maus, esperados ou imprevisíveis. Ser o Bom Selvagem respondia tanto pelos gestos audazes de um seu representante, fruto de irrefreável liberdade, quanto pelos gestos comprometedores, estes explicados pela sua ingenuidade pueril.

O mito evoluiu. Alguns aspectos trocaram de sinal, como a liberalidade sexual indígena, que tanto escandalizava e que agora é vista como natural, se não positiva. O mito explicava também a morte do índio. A lei do mais forte condena o mais fraco à extinção. Este é talvez o aspecto mais insidioso do mito do Bom Selvagem, a sua inviabilidade. Dele resulta o paternalismo, a visão política segundo a qual os índios são incapazes de sobreviver sem a tutela do branco. Toda a política indigenista brasileira deriva desse preconceito, fortalecido pela história de morte e genocídio que ainda aflige os índios.

Eles eram 5 milhões e hoje são 220 mil. Mas em 1950 eram 150 mil. Tudo indica, pois, que há uma ligeira reversão dos dados demográficos. É realista dizer que o índio sobreviverá. Esta afirmação, motivo de esperança humanitária e reconhecimento social, ainda não foi compreendida pela sociedade e nem mesmo pelos próprios índios. O fato é que a sobrevivência do índio representará o fim do mito Bom Selvagem. Talvez um outro mito surja

para esclarecer este novo tempo. Talvez o desencantamento de parte da sociedade brasileira em relação ao índio seja sinal desse abalo no mito que a encantava. É como se o moribundo se recuperasse, entrasse em convalescença, e o enfermeiro desse por encerrada a sua missão. Diante dessa realidade ao mesmo tempo promissora e perigosa, é preciso definir parâmetros para torná-la compreensível e pelos quais prosseguir. Apesar da ausência do índio da Constituinte, é por lá que teremos de começar.

Deixar de ser o Bom Selvagem implica para o índio direitos e deveres, que emanarão de sua historicidade apriorística e da sua condição de cidadão brasileiro. Na Constituição o índio deve ter resguardados dois direitos apriorísticos: o direito ao território, mais do que à terra, incluindo bens inalienáveis, garantidos pela herança de sua cultura; e o direito à saúde, pois as doenças trazidas pela civilização ameaçam extingui-lo. Esses direitos devem ser garantidos pelo Estado. Em contraposição, o índio deve ter pelo menos um dever apriorístico, o de preservar a inviolabilidade do seu território. Esse dever tornará o índio fiador do nosso futuro, sobretudo na Amazônia. Se alguma sociedade indígena quiser enriquecer, que não seja pela venda ou arrendamento dos seus bens, mas pela intensificação da produtividade do seu sistema econômico.

No seu meio cultural, o índio não deve sofrer ingerências externas, salvo os decorrentes desses direitos e deveres. Mesmo a educação deve ser considerada direito decorrente. Fora da sua cultura, o índio será um cidadão comum e como tal deverá ajustar-se às regras convencionais do nosso povo. O paternalismo, que transformava o índio em criatura de menor idade, protegia-o juridicamente da sociedade competitiva moderna. Puerilizado e incapaz, ele era impossibilitado de definir e sustentar seus direitos e deveres. Nem mesmo a segurança de seu território,

via demarcação das terras, foi-lhe efetivamente outorgada, como previsto no Estatuto do Índio.

Em relação aos povos indígenas que tiveram suas terras demarcadas e vierem a receber assistência médica adequada, o Estado quase mais nada terá a fazer. Não é tarefa sua empregar caciques. Se o índio quiser viver como cidadão, aja por conta própria. Sua dignidade será preservada menos pelos símbolos incorporados do que pela atitude de independência e honradez. Da mesma forma, o espaço que lhe caberá no cenário nacional será não o da repetição, mas o da alternativa e da diferença.

Os povos indígenas lutam pela sua continuidade histórica. Às vezes coletivamente, com uma determinação de espantar. Como é o caso dos Guajá (Maranhão), uma comunidade de apenas 220 pessoas nômades e sem agricultura, que permanecem voltados para si mesmos. Às vezes a luta é individual: a de um líder que transpõe as fronteiras de sua cultura e busca, à custa de dores e desenganos, uma compreensão dos mecanismos que o impedem de ser ele mesmo.

Cabe ao povo brasileiro solidarizar-se com esses povos, também brasileiros. Fim do paternalismo, começo do diálogo. O índio não é o Bom Selvagem que imaginávamos, felizmente. Suas culturas nascem de condições objetivas que levam ao igualitarismo, à cooperação, à generosidade, mas podem levar também ao egoísmo, à maldade e aos desentendimentos. Devemos entender que o fim do paraíso não é o inferno. Os índios são seres humanos. Suas culturas, uma prova da riqueza e da variabilidade do homo sapiens. O Brasil só terá a ganhar com a certeza de que o índio terá aqui o seu lugar — e que este será um lugar de respeito.

Mercio Pereira Gomes é professor de antropologia na Unicamp e presidente do Instituto de Pesquisa Antropológicas da Rio de Janeiro